



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639290 - SC (2021/0006505-5)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : EVERTON VALDIR DA SILVA LINS (PRESO)  
**PACIENTE** : PAULO GILLIARD NUNES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVERTON VALDIR DA SILVA LINS e PAULO GILLIARD NUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5042619-16.2020.8.24.0000).

Os pacientes encontram-se presos preventivamente em decorrência de sentença condenatória pela prática dos delitos do art. 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta a nulidade da prisão preventiva decretada de ofício pelo Juízo na sentença condenatória, não obstante constar parecer do *Parquet* pela concessão de liberdade provisória. Alega, ainda, a nulidade do acórdão porquanto não apreciou a referida questão.

Requer, liminarmente, a liberdade dos pacientes. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja tornada nula a decisão que decretou a segregação cautelar e, subsidiariamente, nulo o acórdão atacado, porquanto não apreciou a tese defensiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente